



## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro  
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique  
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco  
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes  
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo  
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.  
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

## SUMÁRIO

### 1 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

1.1 - Comissão

### 2 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### 3 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### 4 - ERRATAS



## EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Paulo Lamac, Antônio Genaro, Delvito Alves e Luiz Carlos Miranda, membros da supracitada Comissão, para a reunião com convidados, a ser realizada em 27/2/2012, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de dar continuidade à discussão entre a Comunidade Dandara, o Governo do Estado, a Prefeitura de Belo Horizonte e as entidades e órgãos envolvidos no assunto a fim de que se alcance o consenso, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 23 de fevereiro de 2012.

Durval Ângelo, Presidente.



## PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

#### Discursos Proferidos em 15/2/2012

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores da TV Assembleia, pela grande mídia, a população brasileira acompanhou os desdobramentos da greve de policiais militares na Bahia e no Rio de Janeiro. E, a todo instante, vimos opiniões de especialistas sobre o assunto. É muito tranquilo - e até poético - dentro de um escritório ou de um gabinete confortável, com cafezinho e ar condicionado, dizer que a Constituição da República de 1988 proíbe a greve e a sindicalização de policiais e bombeiros militares. O jornal "O Globo", em sua edição de 9/2, trouxe a opinião de vários advogados - pseudoespecialistas - e a manifestação de Ministros do STF, todos dizendo que a greve é ilegal, que nossa Constituição a proíbe, pois assim está disposto no art. 142, c/c o art. 42, da Constituição da República brasileira. O inciso IV do § 3º do art. 142 diz: "IV - ao militar são proibidas a sindicalização e a greve".

O que aprendemos nas universidades de Direito é que a ciência jurídica, por si só, não consegue responder a todas as demandas da sociedade nem tampouco, sozinha, consegue alcançar o seu fim, que é a paz social.

Nesse contexto, é na própria Constituição da República que buscamos outros dispositivos mais importantes. Alguns deles são princípios de cuja força normativa somos sabedores, bem como de cláusulas pétreas que muito antecedem os arts. 42 e 142 de nossa Constituição. Senão, vejamos:

"Art. 1º - A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: (...) II - a cidadania; III - a dignidade da pessoa humana; (...)

Art. 3º - Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; (...) III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. (...)

Art. 7º - São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: (...) IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim".



Fazendo uma leitura atenta desses dispositivos, podemos dizer que ainda falta muito a ser feito para alcançarmos a dignidade da pessoa humana, uma sociedade justa, igualitária, sem discriminação.

Abro um parêntese para traduzir trecho do prefácio da Constituição da República de 1988, proferido pelo Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães: “O homem é o problema da sociedade brasileira, sem salário, analfabeto, sem saúde, sem casa, portanto sem cidadania. A Constituição luta contra os bolsões de miséria que envergonham o País. Diferentemente das sete Constituições anteriores, começa com o homem. Gráficamente testemunha a primazia do homem, que foi escrita para o homem, que o homem é seu fim e sua esperança”.

Percebemos claramente que, se não há distinção entre seres humanos, não há como dizer que todo o restante dos trabalhadores deste país pode fazer greve livremente, menos os militares. Sabem por quê? Porque eles também podem dizer que estão com fome, que têm família, esposa, filhos, que seus filhos estudam, que sua família precisa de transporte, saúde, educação, alimentação, lazer, além de todas as demais necessidades do homem.

Não é a estrita aplicação fria do Texto Constitucional que vai transformar policiais e bombeiros em “robocops”, que só existem no cinema, e a realidade das ruas é muito diferente do que a grande mídia reproduz.

Vamos dar o exemplo de Minas Gerais. Nos últimos nove anos, foram assassinados 153 servidores da segurança pública, e isso em tempo de paz. Paz para qualquer outro trabalhador, menos para essa classe. Temos visto alguns engratados nascidos de famílias ricas, que não sabem o que é ser policial e combater o crime diariamente, fazendo duras críticas sem, de fato, conhecer a realidade.

Apenas para fazer mais uma ilustração: nas Polícias Militares do Brasil ainda vigora um regulamento disciplinar cujo texto principal é datado de 1831 e pune rigorosamente o policial e o bombeiro militar que recorrerem ao Judiciário, mesmo se se tratar de ato legal. Como podemos ficar cegos diante de tamanha barbárie? Ao mesmo tempo em que assistimos a juristas e Ministros de Estado, Desembargadores e Ministros do STF dizerem publicamente que a greve é ilegal, não vemos neles tamanha veemência para dizer a mesma coisa em relação aos saques efetuados por “suas excelências” nos Tribunais de Justiça de São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, conforme insistente publicação do jornal “Folha de S. Paulo”. Policiais militares baianos lutam para tentar incorporar uma gratificação que foi, aliás, instrumento de campanha do então candidato ao governo do Estado, Sr. Jaques Wagner, para chegarem ao salário de R\$2.300,00 por mês. Na outra ponta, saques criminosos são feitos por “suas excelências”, com valores variando entre R\$400.000,00 e R\$1.500.000,00 nos referidos tribunais, objeto de fiscalização por parte do CNJ.

Realmente, policiais e bombeiros militares fazerem greve é ilegal. A Constituição da República veda essa prática, mas será que os Juízes e Desembargadores do Rio de Janeiro e da Bahia, que estão sendo investigados pelo CNJ, cometeram crimes ao fazer saques com essas cifras? Quem decretou a prisão de “suas excelências” por meterem as mãos nos cofres públicos?

De um lado, os Soldados da Bahia pedem que o Governador Jaques Wagner cumpra a lei e pague as gratificações que foram aprovadas em 1997. A propósito, vale ressaltar que o mesmo Sr. Jaques Wagner, durante o período em que esteve na Oposição, ajudou financeiramente e apoiou o movimento grevista na Bahia em 1992, conforme resgatado em matéria publicada pelo jornal “O Globo” desta quarta-feira, 15 de fevereiro, da qual reproduzirei um trecho, quando ocupou a tribuna da Câmara dos Deputados: “Em 18/9/92, quando estava no segundo ano de seu primeiro mandato de Deputado Federal e o Brasil vivia um momento de grande turbulência política às vésperas da abertura do processo de ‘impeachment’ do então Presidente Fernando Collor, o petista Jaques Wagner ocupou a tribuna da Câmara para se solidarizar com os policiais militares da Bahia que iniciaram um movimento por melhores salários, ameaçando com greve. Em um discurso de menos de 5 minutos, considerou absolutamente pertinente a justa reivindicação da categoria por melhores salários e criticou a determinação do então Governador Antônio Carlos Magalhães de punir cerca de 110 militares e defendeu desobediência ao comando da PM. (...) Sr. Presidente, em primeiro lugar, solidarizo-me com nossos conterrâneos da Polícia Militar do Estado da Bahia, que há aproximadamente 10 dias vêm-se movimentando, juntamente com seus familiares, particularmente as esposas, numa justa reivindicação por melhores salários. Infelizmente, a impermeabilidade do Governador do Estado fez com que o Comando da Polícia Militar punisse cerca de 110 militares”. Ao finalizar o discurso, ele mais uma vez registrou solidariedade aos 110 Oficiais e policiais militares já punidos e, com mais críticas a Antônio Carlos Magalhães, sem citar seu nome, sugeriu ao chefe dos militares que defendesse os pleitos da categoria em vez de só obedecer a ordens do Governador: “Reitero veementemente meu apelo ao Comando da Polícia Militar para que, em vez de simplesmente seguir as ordens do Governador do Estado da Bahia, sempre impermeável às reivindicações do funcionalismo do Estado, tente sensibilizar o Executivo do nosso Estado, para que sejam atendidas as reivindicações das esposas dos militares, que na verdade estão indo às ruas porque não têm como comprar alimentos para a família”.

Do outro lado, temos policiais e bombeiros militares do Rio de Janeiro pedindo, pelo amor de Deus, que o Governador Sérgio Cabral pague um salário mais digno, pois o piso hoje é da ordem de R\$1.100,00.

No entanto, o Governador chama o Exército e a Força Nacional para prender os líderes e sufocar o movimento grevista. Será que o Governador do Rio de Janeiro tem condições morais de mandar prender policiais que estão mendigando um salário justo? Esse não é o mesmo Governador que aparece em vídeo, acompanhado do ex-Vereador Jerominho e do ex-Deputado Natalício, no mesmo palanque? Ambos foram cassados pela CPI carioca por chefiarem a milícia no Estado e hoje estão cumprindo pena em penitenciária. Nesse vídeo, o Governador Sérgio Cabral canta, muito sorridente, a música da milícia.

Passemos, então, a outra parte da reflexão. Será que a Justiça carioca tem condições morais para determinar a prisão de 17 policiais militares e 9 bombeiros que estavam reivindicando melhores salários? Enquanto isso matérias dos jornais “O Estado de S. Paulo”, de 24 de janeiro, e “Folha de S. Paulo”, do dia 9 de fevereiro último, deixaram-nos estarecidos ao mostrar Juízes no Rio de Janeiro, em início de carreira, ganhando de R\$40.000,00 a R\$150.000,00 por mês. Mas o teto salarial dos Ministros do STF não é R\$26.700,00? Quem decretou a prisão de “suas excelências”?

Da mesma forma, o Tribunal de Justiça da Bahia está sendo investigado por movimentações atípicas. O mesmo jornal noticia que houve saques da ordem de R\$400.000,00 a R\$1.500.000,00. Será que “suas excelências” se consideram com condição moral para negar “habeas corpus” a policiais baianos que estão lutando para incorporar uma gratificação e, assim, chegar ao salário de



R\$2.300,00? Vejam a matéria de outro jornal: “Representação ao MP: o Coaf identificou movimentações financeiras atípicas no valor de 855,7 milhões de reais de 3.426 Juizes e servidores do Poder Judiciário em todo o País, entre 2000 e 2010. Cerca de 400 milhões desse total envolvem apenas quatro pessoas do Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia”. As informações estão no documento de 13 páginas encaminhado na quinta-feira, dia 12 de janeiro, ao Supremo Tribunal Federal pela Corregedora do Conselho Nacional de Justiça. No documento são citadas situações consideradas suspeitas, como o caso de três pessoas - duas delas vinculadas ao Tribunal de Justiça de São Paulo e uma ao Tribunal de Justiça da Bahia -, por terem movimentado 116,5 milhões de reais em um único ano, em 2008.

É muito simples determinar a prisão de policiais que reivindicam melhores salários, mas será que “suas excelências” conseguiriam viver com míseros R\$2.300,00 ou R\$1.100,00 por mês, assim como vivem os policiais na Bahia e no Rio de Janeiro, respectivamente, e ao mesmo tempo serem proibidos de fazer greve?

Na parte de cima do tabuleiro, está o jogo mais sujo, mais podre, que parte de nossa população ainda não percebeu. A Presidente Dilma Rousseff, aquela que pegou em armas e foi acusada de assaltar para financiar a guerrilha, é companheira do Governador Jaques Wagner e ambos hoje companheiros de Sérgio Cabral, do PMDB - faço essa ligação política para entendermos melhor o jogo de xadrez que foi montado. A grande mídia pressiona o Palácio do Planalto a sufocar os movimentos grevistas no Rio de Janeiro e na Bahia, ambos de Governadores aliados de Dilma Rousseff. Mas por qual motivo a poderosa mídia televisiva pressionaria o poder político? Simples: as transmissões dos carnavais da Bahia e do Rio de Janeiro rendem milhões de reais às poderosas emissoras de televisão. É só imaginar que, com a greve dos policiais na Bahia e no Rio de Janeiro, não haveria carnaval, e não haveria, assim, o que transmitir. Se não houver transmissão, quem vai repor os milhões de reais que as emissoras deixarão de ganhar com centenas de propagandas?

É muito claro que o Estado está cedendo ao poder econômico e, quando se fala do poder econômico, não há escrúpulos, não se lembra de pais de família. O jogo é muito pesado e, assim, Governadores e Presidente preferem se render à sujeira. Uma parte da grande mídia pratica um jornalismo com discursos que, intencionalmente, desvirtuam a realidade em função dos interesses do poder econômico. O que mais me preocupa é que pediram ao General, na Bahia, que estava comandando as tropas do Exército que aplicasse a Lei de Segurança Nacional. Mas, quando o Estado de São Paulo esteve submerso em uma nuvem negra, durante 40 dias, sob os ataques do PCC, em maio de 2006, época em que morreram 41 servidores da segurança pública, ninguém falou em aplicar Lei de Segurança Nacional. Policiais foram cassados e assassinados por criminosos; delegacias e quartéis foram invadidos. E ninguém falou em aplicar Lei de Segurança Nacional.

Quero deixar claro que não compactuei e nunca vou compactuar com uso de métodos e atitudes criminosas em uma greve para se alcançar o resultado desejado. Como prescreve o Código Penal brasileiro, em seu art. 29, as condutas devem ser punidas em conformidade com o grau de participação de cada um. Se policiais e bombeiros praticaram crimes graves, devem ser punidos na forma da lei. Mas é inaceitável a tentativa de se criminalizar todo o movimento, que é legítimo e luta por melhores salários. Homens, pais de família, que têm esposas e filhos, querem uma vida digna, e não há outra forma de reivindicar a não ser cruzando os braços. É muito fácil para Deputados, Presidente, Governadores, Juizes, Ministros e Promotores criticarem e mandarem prender grevistas, pois “suas excelências” desfrutaram de poder e de salários que 90% de toda a população brasileira não recebe.

Aqui, Presidente, encerro meu pronunciamento, lembrando um trecho de uma antiga música, que me parece ser de 1985, da banda de rock brasileira RPM: “O caso Sudam, Maluf, Lalau, Barbalho, Sarney e quem paga o jornal? É a propaganda, pois nesse país é o dinheiro que manda. Juram que não corrompem ninguém, agem assim pro seu próprio bem”. Muito obrigado, Sr. Presidente.

A Deputada Maria Tereza Lara - Cumprimos as Deputadas e os Deputados desta Casa.

Toda a imprensa, neste final de semana, acompanhou de perto uma tragédia: ao voltar do congresso de educação, em Araxá - assim diz a imprensa -, “um Fiat Uno fez uma ultrapassagem em local proibido e bateu no ônibus dos professores. Com isso, o condutor do ônibus perdeu o controle e bateu em duas carretas”. Todos os carros foram incendiados, e cinco pessoas morreram carbonizadas. Três delas estavam no ônibus que vinha do congresso em Araxá e eram de Betim, cidade em que moro: a Profa. Edilene Maria Bastos, de 48 anos, e seu filho, Gustavo Xadai Aquino, de 9 anos; e Luiz Augusto Martins Godinho de Oliveira, de 6 anos, filho de um casal de professores.

Imaginem o sofrimento, a tragédia. Quando as pessoas estão doentes, esperamos, às vezes, que realmente ocorra um falecimento. As pessoas se preparam para isso, embora seja difícil, pois nunca estamos preparados para perder nossos familiares, nossos amigos. Essas pessoas vinham de um congresso, estavam bem de saúde, saudáveis; havia até duas crianças. A professora deixou seis filhos, e o caçula - esse de 9 anos - faleceu juntamente com ela. E por que, qual a causa? Uma imprudência de um senhor que dirigia um Uno - também ele e a esposa faleceram no local.

Os estudos de trânsito mostram que, de fato, 90% das causas de acidentes são ligadas ao motorista, tanto de carros pequenos quanto de carretas. Estamos vendo inúmeros acidentes recentemente com carretas.

O “Hoje em Dia”, alertando as pessoas que vão viajar durante o carnaval, mostra as áreas críticas nas estradas de Minas. Nas estaduais, há 114 pontos críticos: 6 com tráfego interrompido; 73 em meia pista; 24 em condições precárias; 1 com desvio na terceira faixa; 3 com limite de peso; e 7 com uso obrigatório de variante. Nas estradas federais em Minas, há 27 pontos críticos: 12 parcialmente interditadas, 7 em meia pista e 8 com outros problemas. Realmente, não há razão para, nesta Casa, ficarmos batendo só no governo federal, como fazem alguns Deputados. O problema atinge também as BRs, com 27 pontos críticos, mas são 114 pontos críticos nas MGs.

Hoje, o Deputado Rogério Correia, Líder da nossa bancada, apresentou uma moção de pêsames desta Casa para as pessoas que perderam entes queridos nessa tragédia ocorrida após o congresso do Sind-UTE. Como eu disse, foram três moradores da nossa cidade, e acompanhei de perto a dor e o sofrimento de seus familiares, professores e amigos. Fato é que temos de tomar medidas práticas para reverter esse quadro de acidentes no Brasil e em Minas, onde a situação é gravíssima. Aliás, no ano passado, a Comissão de Segurança Pública fez, a nosso pedido, uma audiência pública sobre a violência no trânsito, quando foi proposta e aprovada a realização de um fórum técnico em 2012. Como no segundo semestre deste ano estaremos em clima de eleições, esse debate tem de



ser feito ainda neste semestre. O fórum técnico será regionalizado, abrangendo todas as regiões do Estado, com encerramento nesta Casa. O tema é extremamente importante e grave e exige uma resposta desta Casa e dos Deputados. Temos de cobrar dos órgãos públicos competentes uma solução e fazer um trabalho de educação no trânsito voltado para os jovens, as crianças e as famílias. Além disso, é preciso garantir a fiscalização. Os órgãos de trânsito devem poder fazer fiscalização rigorosa, com base na Lei Seca e em toda a legislação vigente.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Quero parabenizar a Deputada Maria Tereza por abordar esse assunto tão importante com a seriedade que ele merece e com que as autoridades devem enxergá-lo. Tenho visto aqui muita demagogia em torno de problemas nas estradas, especialmente das federais. Alguns Deputados parecem mais ser urubus de estradas; a impressão é que não querem resolver o problema realmente, o que é muito ruim para quem de fato quer achar uma solução. A impressão é que ficam torcendo para haver vítimas em BRs para que possam fazer uso do microfone e pontuar problemas com o governo federal. Ontem mesmo fiquei muito incomodado com o fato de, assim que me referi à morte dessas crianças e da professora que estavam no ônibus de Araxá, um Deputado vir dizer que o problema é que estavam em uma BR e que o governo federal não cuida das BRs. Parecia menos tucano e mais urubu de estrada, que fica de olho em carniça. Para resolver o problema, não apresentam qualquer sugestão; fazem apenas agitação política e demagogia.

O "Hoje em Dia" traz hoje um balanço sobre as estradas, dizendo que há risco em todas elas. Como a Deputada acabou de ler, são 114 pontos críticos nas MGs e 27 nas BRs. Ao todo, como prefiro enxergar, são 141 pontos críticos nas estradas de Minas, estaduais e federais – de responsabilidade do DNIT e do DER -, que precisam de solução. Sr. Presidente, Deputada Maria Tereza Lara, que me concedeu aparte, segundo dados oficiais do Estado de Minas Gerais, 90% dos acidentes se dão ou por imprudência ou por problema de álcool. São problemas, portanto, que necessitam da educação no trânsito e de medidas de fiscalização. O que V. Exa. apresentou em relação à comissão é fundamental, ou seja, que haja um seminário sobre a questão da educação no trânsito e da prevenção contra acidentes. Creio ser essa a forma correta para tratarmos tal tema. Agora, se toda vez que houver um acidente, um Deputado vier aqui falando que é BR, ou nós falarmos que é MG, que é morto do governo federal, que é morto do governo estadual, isso não resolverá o problema e não ficará nada bem.

Sobre um acidente como aquele, em que duas crianças, filhas de professores, morreram ao voltar de um congresso, na organização de uma luta, realmente, Deputado Paulo Guedes, vir aqui discutir se é BR ou se é MG, isso é constrangedor. Então prefiro uma abordagem serena, como V. Exa. fez aqui, Deputada. Portanto gostaria de parabenizá-la e, evidentemente, cobrar, tanto do DNIT quanto do DER, uma ampla campanha durante o carnaval para que haja menos mortes, e que os pontos críticos, de um e de outro, sejam corrigidos. Muito obrigado.

A Deputada Maria Tereza Lara - Obrigada, Deputado Rogério Correia. Diante do que V. Exa. disse, quero reforçar isso aqui para que as famílias que viajarão durante o carnaval o façam com tranquilidade, que as pessoas que forem dirigir de forma alguma usem bebida alcoólica. É a vida que está em questão, e ela é muito preciosa, é o maior dom que temos. A situação fica realmente irreversível quando se perde uma vida, por isso é preciso haver tranquilidade ao viajar, que as pessoas estejam descansadas para isso. Também que não fiquem na praia por toda a manhã, bebendo álcool e depois dirijam. Não é possível, de forma alguma, fazer isso, pensem nos filhos, pensem nos outros e em si mesmos.

Assim, quero convidar esta Casa, os Deputados e as Deputadas para participarem conosco do fórum técnico. A partir de propostas apresentadas, é preciso cobrar medidas efetivas. Como já disse, há pesquisas que apresentam grande índice de acidentes, e logicamente há interferência de problemas existentes com as estradas, mas esse índice é muito pequeno. Segundo pesquisas, o maior índice causador de acidentes é exatamente a questão do motorista, como o caso ocorrido em tal tragédia, em que o motorista do carro Uno, que faleceu, assim como a sua esposa, fez uma ultrapassagem de maneira equivocada. Então, não havendo tempo para tal ultrapassagem, ele jogou o carro em cima do ônibus, que capotou, assim como o seu carro, após bater de frente com uma carreta. Todos os carros incendiaram. Estamos vendo também que as carretas são o grande problema, pois jovens, cada vez mais, estão dirigindo carretas. Isso porque, como não há mão de obra qualificada, as empresas estão admitindo o jovem com 20 anos de idade para dirigir carretas, sem nenhuma experiência nas estradas. Além disso, como é sabido, as empresas pagam por produção, então os motoristas ingerem produtos químicos, como rebites. Recentemente o jornal "Estado de Minas" apresentou a declaração impressionante de um motorista de carreta, em que ele ficou 24 horas rodando sem saber onde estava. Isso é gravíssimo, muitas vidas estão em jogo.

Então é preciso que órgãos competentes, estadual e federal, acompanhem, fiscalizem. É preciso que as escolas, as Secretarias de Educação, estadual e municipal, priorizem a questão do trânsito para contribuir com nossas crianças e nossos jovens. Sabemos também do grave problema com as motos. Dos veículos que rodam, aproximadamente 12% são motos, que já respondem por 50% dos acidentes. Dificilmente rodamos por um dia sem presenciar um acidente ocorrido com motos. Além de tudo, em audiência pública realizada no ano passado, foi mostrado que o Ministério da Saúde investe no Brasil cerca de 80 bilhões, por ano, na saúde, em todos os Estados. Mas, desses 80 bilhões, 22 bilhões são para tratar os acidentados. Não sou contra investir nos acidentados, pois é lógico que tem de se salvar vidas, mas temos de evitar os acidentes. Esses recursos têm que ser investidos exatamente na saúde preventiva, em cirurgias, e não para tratar acidentados. Temos é que eliminar a causa, os acidentes, Srs. Deputados. É importante unirmos forças para mudar esse quadro no Brasil, que é insustentável. Não é possível mais perdermos tantas vidas em acidentes. Isso acontece porque falta exatamente conscientização e educação para o trânsito.

Vejam bem: de acordo com a Polícia Federal, em 2011, das 5.665 batidas nas rodovias federais de Minas, apenas em 74 - 1,3% - a polícia conseguiu comprovar o uso de álcool e estimulantes, que levam o motorista a rodar mais de 24 horas completamente dopado. Ora, isso é inconcebível. Os veículos de carga estavam envolvidos em quase metade dos acidentes. São 40.166 os acidentes nas rodovias, dos quais 18.462 envolvem carretas e caminhões.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, queremos encerrar nosso pronunciamento fazendo este apelo. Que possamos unir forças na Assembleia de Minas para mudar esse quadro, e não ficarmos, de forma alguma, culpando só o governo federal, porque



é uma ação conjunta das três esferas de poder, dos parlamentos, dos cidadãos, das lideranças, sobretudo do sistema educacional, que precisa investir na educação. E os órgãos responsáveis pelo trânsito devem fiscalizar rigorosamente. A Lei Seca, por exemplo, tem que ser rigorosamente aplicada, porque sabemos que bebida alcoólica e direção não combinam de forma alguma.

Muito obrigada, e vamos fazer mesmo uma árdua batalha, unidos, para mudar esse quadro e defender a vida.

O Deputado Glaycon Franco\* - Exmo. Sr. Presidente, Exma. Sra. Deputada, Exmo. Srs. Deputados, demais autoridades que se fazem presentes nesta Casa, nossa cordial saudação a todos os telespectadores da TV Assembleia em todo nosso Estado de Minas Gerais, em especial aos amigos e companheiros das regiões do Alto Paraopeba e Vale do Piranga.

Senhoras e senhores, é com profunda emoção e alegria que assumo o cargo de Deputado Estadual. Sua importância é incontestável para uma sociedade pautada na democracia, pois representa o povo em toda sua forma de expressão, constituindo-se num dos princípios fundamentais do Estado de Direito e da promoção do bem-estar social.

Honra maior é ser Deputado em Minas Gerais, esta terra que respira e ama a liberdade. Como afirmou o nosso querido e saudoso Presidente Tancredo Neves, “liberdade é o outro nome de Minas!”. Este Estado já ofereceu à Nação políticos que a honraram e assumiram liderança extraordinária em todos os momentos da história política brasileira.

Sou de uma família dedicada à arte e ao exercício da política. Nesta Assembleia Legislativa, estivemos representados pelos Deputados, meu avô Antônio Franco Ribeiro e meus tios Eli Franco Ribeiro e Maurício Moreira, cuja memória e o espírito público reverencio.

Venho de Conselheiro Lafaiete, cidade-polo da região do Alto Paraopeba e do Vale do Piranga, que enfrenta os desafios de uma grande metrópole, mas que supera a cada dia as dificuldades de conciliar o seu desenvolvimento econômico e social com uma arrecadação tributária e repasses governamentais insuficientes para suas necessidades. No entanto, com criatividade e muito trabalho, sob a liderança do nosso Prefeito José Milton e com o apoio do nosso Governador Antonio Anastasia, sua população vem recebendo grande volume de obras e investimentos.

As regiões do Alto Paraopeba e o Vale do Piranga concentram grande número de Municípios que carecem de um incansável trabalho dos seus Deputados Federais e Estaduais. O desafio, minha gente, é compartilhar todo investimento em qualidade de vida nas cidades maiores, como Conselheiro Lafaiete, Congonhas e Ouro Branco, com os Municípios menores. Os governos do Prof. Anastasia e de seu antecessor Aécio Neves estão realizando esse trabalho de interiorização do desenvolvimento, por meio de ações e políticas públicas, e poderão contar com meu apoio para o aprofundamento dessas ações.

Dirijo-me a todos os Exmos. Deputados que me recebem nesta tarde. Quero cumprimentar todos os Deputados e todas as Deputadas agradecendo-lhes o carinho e a generosidade. Sou um neófito neste Parlamento, mas lhes ofereço a humildade necessária para aprender, a coragem para superar desafios e a disposição para trabalhar pelo nosso povo mineiro. Agradeço aos meus eleitores, que me proporcionaram esta grande alegria; à minha família, em especial ao meu pai, Ivan Franco Ribeiro, que nunca me deixou perder de vista o significado da palavra “servir”, que é a máxima do meu avô: “o homem que não nasce para servir não serve para viver”; ao meu partido, o PRTB; ao diretório estadual e aos companheiros de Conselheiro Lafaiete, na pessoa do nosso querido amigo Presidente José de Pádua Rodrigues. Além disso, agradeço ao Governador Antonio Anastasia, ao Secretário de Governo Danilo de Castro e ao nosso querido Prefeito José Milton por proporcionarem a realização desse desejo da nossa região de voltar a ter um representante na Assembleia de Minas Gerais.

Para finalizar, no ocaso das minhas palavras, quero agradecer a Deus, nosso grande arquiteto do universo, pela oportunidade que me concede e a Ele peço iluminação e força para exercer um trabalho maior do que eu mesmo, pois o Poder Legislativo é o Poder do conjunto, do diálogo e da união. Quero estar ao lado do povo mineiro e de seus líderes com a humildade e sabedoria necessárias para somar, agregar e construir dias melhores para a nossa população.

Acredito que o alicerce da atividade política em quaisquer de suas instâncias é a lealdade e estarei incansavelmente buscando ser leal a todos os que acreditam e depositam a sua esperança em meu trabalho. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Bonifácio Mourão (em aparte) - Com este aparte, queremos dar as boas-vindas ao colega Deputado Glaycon Franco, que tem uma origem importante e histórica na política por intermédio do seu avô Antônio Franco e dos seus tios Eli Franco e Maurício Moreira, que, por sinal, foi nosso colega Deputado em nosso primeiro mandato aqui. Temos grande saudade dele, pois tínhamos enorme admiração por ele.

V. Exa. já traz para aqui uma boa experiência do Legislativo, com dois mandatos como Vereador e Presidente da Câmara de um grande Município como Conselheiro Lafaiete. V. Exa. chegou ontem acompanhado de uma caravana muito importante e de grande projeção no Município de Conselheiro Lafaiete e em toda a região. Isso sinaliza o conceito e o prestígio que V. Exa. tem na sua região, que certamente se estenderão por Minas Gerais por meio de um trabalho nos termos em que está propondo fazer; aliás, tenho certeza de que o fará e de que o faremos juntos.

Deputado Glaycon Franco, somos da base de um governo sério e honrado, de Anastasia e Alberto Pinto Coelho. Tanto Anastasia, como Vice-Governador de Aécio Neves, quanto Alberto Pinto Coelho, como nosso Presidente na Assembleia Legislativa, têm um histórico de trabalho muito importante para Minas Gerais, que, aliás, continua agora.

Há uma proposta votada em dezembro de 2011, aprovando um financiamento de aproximadamente R\$7.000.000.000,00, para ser aplicado, sobretudo, no programa Caminhos de Minas. Com certeza, será asfaltado cerca de 7.000km de estradas, entre os Municípios deste Estado, dando seguimento ao programa Processo, que ligou ao asfalto todos os Municípios de Minas que não tinham asfalto. Outros programas também serão contemplados com essa votação que fizemos, e também outros trabalhos são desenvolvidos pelo nosso Governador. Aqui estamos para trabalhar juntos, trabalhar com V. Exa., que vem com a sua juventude e disposição, com o seu conceito e a sua capacidade. Queremos dar-lhe as boas-vindas e apresentar-lhe a nossa proposta de trabalharmos juntos na defesa do trabalho e da competência do governo, do qual temos a honra de formar a base. Obrigado.

O Deputado Glaycon Franco\* - Muito obrigado, Deputado.



O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Obrigado, Deputado. Em nome do PT, da bancada que compõe a Oposição, gostaria também de dar as boas-vindas a V. Exa. Com certeza, será um prazer ter de V. Exa. um aprendizado das experiências que traz de Conselheiro Lafaiete, das experiências políticas acumuladas, mesmo sabendo que V. Exa. vem para reforçar o bloco da Situação, do Governador Anastasia. Somos Oposição aqui. V. Exa. verá isso. Certamente teremos uma relação de respeito e de aprendizado mútuo. Comemoro também a vinda de V. Exa. como um Deputado da base do Governador Anastasia, que anda pequeno aqui na Assembleia. O Senador Aécio Neves tem uma base ampla, grande, extensa. Basta citar o nome dele, que se faz uma fila – hoje não, porque está um pouco vazio – para defendê-lo. Já o Governador Anastasia anda meio esquecido. O Deputado Bonifácio Mourão, esse, sim, é um defensor do governo, e o faz porque acredita nele. V. Exa. reforça esse bloco. O Governador Anastasia merece ter aqui Deputados que defendam o governo e todo o esforço que ele realiza, com toda a nossa diferença, mas com todo o respeito que tanto merece o Governador. V. Exa. irá reforçar esse bloco com muita dignidade. Então parabéns, seja bem-vindo. Que possamos realizar um trabalho conjunto, que sirva ao povo de Minas Gerais, especialmente a nossa querida Lafaiete.

O Deputado Glaycon Franco\* - Muito obrigado pelas palavras, Deputado. Obrigado, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.



## **MATÉRIA ADMINISTRATIVA**

### **ATO DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 14/2/2012, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

#### **Gabinete do Deputado Paulo Lamac**

exonerando Cassio Luiz Barbosa do cargo de Supervisor de Gabinete, padrão VL-41, 4 horas.

### **AQUISIÇÃO POR MEIO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Hewlett-Packard Brasil Ltda. Objeto: “notebooks”. Dotação orçamentária: 1011-01.122.701-2.009.3.3.90(10.1). Licitação: adesão à Ata de Registro de Preços do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas – Pregão Eletrônico nº 75/2010 – Ata de Registro de Preços nº 25/2011.

### **AQUISIÇÃO POR MEIO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Hewlett-Packard Brasil Ltda. Objeto: “notebooks”. Dotação orçamentária: 1011-01.122.701-2.009.3.3.90(10.1). Licitação: adesão à Ata de Registro de Preços do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense – Pregão Eletrônico nº 202/2010.

### **TERMO DE CONTRATO**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Dispaper Ltda. Objeto: aquisição de copos descartáveis. Vigência: 180 dias ou até que se conclua a entrega dos materiais. Licitação: Pregão Eletrônico nº 105/2011. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

### **TERMO DE ADITAMENTO**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Florescer Paisagismo e Meio Ambiente Ltda. Objeto: execução de serviço de manutenções preventiva e corretiva e assistência técnica do sistema de irrigação automatizada das áreas verdes do entorno do Palácio da Inconfidência e serviços de jardinagem com fornecimento de defensivos, adubos, terra e espécies vegetais. Objeto do aditamento: 2ª prorrogação. Vigência: 2/2/2012 até 1º/2/2013. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

### **TERMO DE ADITAMENTO**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Proativa Serviços de Limpeza e Conservação Ltda. Objeto: fornecimento de 12 auxiliares de serviços gerais. Objeto do aditamento: prorrogação por 5 meses. Vigência: 11/2/2012 até 11/7/2012 ou até o encerramento do Pregão Eletrônico nº 79/2011. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.



**ERRATAS**

**ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL DA DÍVIDA PÚBLICA,  
A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 24/11/2011**

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 24/11/2011, na pág. 53, col. 3, no título, onde se lê:  
“2ª Reunião Ordinária”, leia-se:  
“1ª Reunião Ordinária”.

**ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL DA DÍVIDA PÚBLICA, EM  
24/11/2011**

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 30/11/2011, na pág. 91, col. 4, no título, onde se lê:  
“2ª Reunião Ordinária”, leia-se:  
“1ª Reunião Ordinária”.